

O discurso militar acerca do meio-ambiente



Por PRISCILLA GLITZ MAYRINK & HENRI ACSELRAD*

O discurso da “segurança climática” é uma arma estratégica. Sob o pretexto da proteção ambiental, potências hegemônicas e complexos industriais militares justificam intervenções globais, controle de recursos e a militarização de territórios

1.

A multiplicação de atos de guerra ao redor do mundo, a manipulação política de tarifas e as ações antiecológicas do governo de Donald Trump têm posto em pauta as relações entre ecologia e estratégias militares. É sabido que a chamada “grande aceleração”, expressão usada para designar o período de grande crescimento econômico posterior à Segunda Grande Guerra, resultou da mobilização industrial efetuada para fins militares, seguida da criação de mercados civis aptos a absorver o excesso de capacidade instalada.[\[i\]](#)

A mudança climática foi um dos efeitos cumulativos daqueles esforços maciços de guerra e da constituição de um complexo industrial-militar que autores da sociologia ambiental chamaram de “moinho da destruição”.[\[ii\]](#) Em paralelo, num processo de ambientalização das estratégias ditas de defesa, preocupações ecológicas passaram a ser apropriadas para justificar propósitos militares pertinentes a tramas geopolíticas globais: desde a passagem ao século XXI, a chamada Nova Ecologia Militar se firmou sob alegação de que os desastres naturais são de “interesse direto da segurança nacional dos EUA”.[\[iii\]](#)

Essa doutrina justificou a assistência das Forças Armadas estadunidenses a populações atingidas por eventos extremos, sobretudo em áreas estratégicas para aquela potência. O fim alegado seria o de prevenir conflagrações sociais em situações de fome, tsunami, terremotos e outras catástrofes, assegurando uma “estabilidade política” favorável à hegemonia dos EUA no campo internacional.

Em nome da proteção de estoques pesqueiros, recursos hídricos e florestais, houve deslocamento de frotas para áreas litorâneas da África e da Ásia na busca de garantir a requerida circulação de petróleo e minerais. O mar foi, assim, transformado em base militar, permitindo contornar imprevisibilidades climáticas em zonas costeiras, sem que a presença armada estrangeira fosse vista como ocupação territorial de domínios estratégicos para o extrativismo em grande escala.[\[iv\]](#)

O programa *Great Green Fleet* (GGF) da Marinha dos Estados Unidos, apresentado em 2009 como um compromisso com a “sustentabilidade” e o combate às mudanças climáticas por economizar energia, buscou, na prática, superar a dependência das forças armadas de mercados de hidrocarbonetos e de infraestruturas energéticas localizadas em regiões geopoliticamente instáveis para os interesses geoconômicos dos EUA.

Ao promover e subsidiar combustíveis oriundos de gordura animal, óleos vegetais e resíduos agrícolas, a Marinha norte-americana buscava autonomia energética para o alcance global de sua força naval, sem as limitações logísticas e políticas do petróleo convencional.[\[v\]](#) Como destacou Sherri Goodman, ex-secretária adjunta de Defesa dos EUA para Segurança

a terra é redonda

Ambiental, alterações nas fontes energéticas permitiriam reduzir o carregamento de combustíveis pelas tropas, conferindo rapidez ao seu avanço e garantindo a continuidade das operações em caso de ataques aéreos ou falhas elétricas.[\[vi\]](#)

Os “riscos climáticos” seriam, nesta ótica, eventos impeditivos à continuidade das operações militares, cujo enfrentamento passa por estratégias de ampliação da capacidade ofensiva norte-americana. O uso de fontes alternativas de energia se tornaria, assim, condição estratégica para o avanço das tropas e minimização dos riscos de interrupção dos atos de guerra – um “multiplicador de força”, como relata o *Quadrennial Defense Review* (QDR) de 2010, do Departamento de Defesa dos Estados Unidos.[\[vii\]](#)

2.

Assim, o discurso da “segurança climática” veio sendo instrumentalizado para justificar um rearranjo tecno-industrial – um novo complexo industrial de segurança – voltado a aprimorar a capacidade de combate e manter a hegemonia militar dos EUA.[\[viii\]](#)

A noção de “segurança ecológica” veio sendo evocada para construir a questão ambiental como desafio aos interesses estratégicos dos EUA e não às condições de vida no planeta, muito menos aos grupos sociais e étnicos vulnerabilizados. Constrói-se uma representação dos países do Sul global como um pesadelo de superpopulação, ausência de instituições, Estados falidos, violência crescente e “mercados emergentes”[\[ix\]](#). À pergunta “o que, afinal, se quer tornar mais seguro”, respondem com ações que legitimam as elites militares e a manutenção do modelo consumista do Norte Global e extrativista no Sul.[\[x\]](#)

As [crises geopolíticas dos anos 2020](#) hibridizaram-se com perturbações ecológicas, abrindo espaço para novas ondas imperialistas pelo controle de minerais críticos vinculados à ideia de transição energética. Os conflitos pela posse de tais minerais tendem a inchar os orçamentos militares de certos Estados, pressionando para baixo os orçamentos sociais: a competição energética por razões ditas ecológicas vem estimulando, assim, os preparativos para conflitos que, por sua vez, não se dissociam das tramas da “guerra social”.

A noção de “capitalismo de desastre” trata acontecimentos catastróficos como oportunidade de negócios e desvela como empresas ligadas ao setor de infraestrutura atuam no cruzamento entre destruição e reconstrução, seja por razões climáticas ou militares: após o furacão Katrina, por exemplo, as empresas contratadas para a limpeza e reestruturação das áreas afetadas, cujas ações subiram 10% após a catástrofe, foram as mesmas envolvidas na guerra do Iraque.[\[xi\]](#)

As avaliações ambientais pós-conflitos, aliadas a objetivos de regeneração de solos e reflorestamento, privatizam terras comunais e difundem o “espírito empreendedorista” junto a comunidades tradicionais. Seguradoras lucram com discursos de insegurança climática, e, ao mesmo tempo, investem em setores que a agravam – como petróleo, gás e mineração – prosperando com a continuidade de atividades poluidoras.

3.

Nos anos 2000, quando os serviços de inteligência das corporações do petróleo faziam previsões climáticas, apresentando-se como parte das soluções e não do problema – investindo em energias renováveis sem abandonar fontes fósseis[\[xii\]](#) – os estrategistas militares dos EUA associavam clima a segurança, justificando intervenções armadas nas, segundo eles, previsíveis convulsões sociais pós-desastres.[\[xiii\]](#)

Sob o discurso do clima como “multiplicador de ameaças”, ambientalizou-se o discurso contra-insurreccional, com metáforas médicas de “assepsização de áreas” e “limpeza de feridas” para o “tratamento” de populações vistas como suscetíveis a mobilizações por “rebeldes”.[\[xiv\]](#)

Estratégias corporativas e militares vêm, desde então, convergindo quando a questão é a mobilidade estratégica de

a terra é redonda

mercadorias, materiais ou tropas, numa gestão do que se tem chamado de “poder arquitetônico e impessoal das infraestruturas”[\[xv\]](#). A dita “nova ecologia militar” reconfigura a logística das forças armadas para assegurar continuidade às redes de mobilidade estratégica e à cartografia de fluxos de infraestrutura.

A Ecologia, tida como a “ciência das relações dos organismos com seus entornos”,[\[xvi\]](#) é reappropriada como inteligência estratégica de coordenação da produção, circulação e consumo no capitalismo global, visando o controle – mais ou menos explicitamente militarizado – dos canais de interconexão e corredores de circulação de importância logística.[\[xvii\]](#)

Autores da teoria dita da “securitização”,[\[xviii\]](#) desenvolvida nos anos 1990, analisaram os mecanismos discursivos pelos quais temas se tornaram questões de segurança, destacando os efeitos performativos da linguagem: atores políticos, militares ou organismos internacionais enunciam determinados fenômenos como ameaça à sobrevivência do Estado, da sociedade ou de ecossistemas, produzindo efeitos concretos sobre sua percepção e tratamento.

Ao focar nos processos discursivos que legitimam esse enquadramento, estes autores sugerem que certos enunciados podem justificar medidas de exceção, mobilizar recursos e reconfigurar campos de ação política e institucional. A eficácia da securitização legitimaria, assim, suspensões da política convencional e ações extraordinárias, frequentemente de natureza militar, contra a ameaça assinalada[\[xix\]](#). No campo ambiental, esse processo poderia instrumentalizar crises ecológicas para respostas autoritárias, inclusive militares.

A militarização pode ser compreendida como uma das implicações concretas dessa lógica de exceção. O enquadramento de questões socioambientais como o desmatamento e a mineração ilegais ou as mudanças climáticas enquanto questões de segurança redefine suas causas, seus agentes e os modos de enfrentamento considerados legítimos.[\[xx\]](#)

Convertidos em “problemas de segurança”, esses fenômenos justificam respostas excepcionais, eventualmente militarizadas – como a presença direta das forças armadas nos territórios e a militarização de órgãos de fiscalização ambiental. Sob uma suposta urgência, a militarização é naturalizada como resposta a conflitos que, em sua origem, são atravessados por desigualdades socioeconômicas, disputas territoriais e expropriações históricas. Assim, a militarização não se resume ao aumento no orçamento de defesa, mas à adoção de soluções de força e ao envolvimento militar em domínios antes injustificados.

4.

Enquanto no núcleo da hegemonia mundial estrategistas militares e corporativos coordenavam a ambientalização da dominação, o pensamento militar brasileiro – por muito tempo resistente à lógica da ambientalização de discursos e práticas – voltou-se a outra preocupação: à ação de movimentos sociais e ONGs ambientalistas, sobretudo na Amazônia. Seus porta-vozes, frequentemente reativos às críticas ao desmatamento no Brasil, acusam tais críticos de servir a interesses estrangeiros e atentar contra a soberania nacional.

Uma perspectiva anti-indígena, anti-ambientalista e neocolonial mostra forte presença nos meios militares brasileiros, quando, em posicionamento no Senado, o General Mourão, formado no Curso de Política, Estratégia e Alta Administração na [Escola de Comando e Estado-Maior do Exército](#), entendeu o tarifaço dos EUA às exportações brasileiras como ataque à soberania do Brasil similar ao ambientalismo de Greta Thumberg.[\[xxi\]](#)

No pós-ditadura, diante do que alguns militares chamavam de “sufoco existencial das Forças Armadas” ao perceber terem “deixado de ser atores importantes na modernização do país”,[\[xxii\]](#) as Forças Armadas passaram a alegar sua pretensão a “consolidar o poder nacional na faixa de fronteira e suas vias de acesso, o que implicava identificar solos férteis e riquezas do subsolo”[\[xxiii\]](#), e influir no “ordenamento da ocupação do território interno”.

Arguiam que “em áreas pouco povoadas”, seu envolvimento em assuntos cuja responsabilidade não lhes cabe explicava-se por serem eles – diziam – “invariavelmente os únicos presentes”[\[xxiv\]](#). Décadas depois, com forças protofascistas no

a terra é redonda

governo brasileiro (2019-2022), a noção de soberania, quando evocada por portavozes militares, buscou justificar a exploração da Amazônia, apontando direitos indígenas e de comunidades tradicionais como empecilhos ao desenvolvimento, dissociando esta noção da soberania popular, baseada na garantia de condições de vida e acesso a direitos pelo conjunto da sociedade.

Recentemente, convidados a intervir no debate climático, representantes do pensamento militar brasileiro aderiram ao modelo de militares dos EUA, o do ciclo lógico “degradação ambiental, êxodo populacional e conflito” aplicado à África, transpondo-o para o espaço urbano brasileiro, pela associação causal entre “degradação ambiental, desvalorização da terra, moradia precária e conflito”.[\[xxv\]](#)

Na Amazônia, evocaram a noção de “soberania ambiental”[\[xxvi\]](#), entendendo, do território ao ambiente, a ideia de ameaça externa. Para controlar uma “região estratégica para redes criminosas internacionais”[\[xxvii\]](#), defendem uma “governança em segurança pública”[\[xxviii\]](#) que, na Amazônia, buscaria contar com indígenas para desenvolver uma “inteligência etnográfica”[\[xxix\]](#) militar e diretrizes de segurança baseadas no compartilhamento de conhecimentos entre povos indígenas e polícias.

O saber ecológico ancestral desses povos, frequentemente evocado como base para alternativas ao modelo predatório de acumulação de riqueza vigente, poderia, nesta perspectiva, ser descaracterizado se inserido numa lógica policial de gestão do território.

A vigilância sobre a Amazônia ressurge sob a retórica da “transição verde”: a floresta é reclamada como “ativo estratégico” e “reservatório de carbono”, cuja suposta “vocação” para uma “economia verde” legitimaria discursos de “mineração responsável” e apropriação de “minerais críticos” de interesse da indústria militar.[\[xxx\]](#) A demanda por prospecção e mapeamento geológico revela o interesse em expandir a fronteira mineral sob o argumento da “mineração sustentável”.[\[xxxi\]](#) Em nome da inserção das estratégias de defesa na lógica da descarbonização,[\[xxxi\]](#) demanda-se a expansão da exploração mineral em territórios amazônicos por corporações privadas que se beneficiariam, assim como os militares, da securitização territorial e da instrumentalização de saberes locais.

Na atual conjuntura de reposicionamentos globais, as máquinas ecológicas do capitalismo passam por reacomodações geopolíticas. Em nome do clima, os EUA alegaram, por algum tempo, a necessidade de controle de áreas ricas em recursos logísticos e naturais no Sul Global.

As forças armadas brasileiras, por sua vez, há muito justificam sua presença na Amazônia acusando defensores de direitos indígenas e da proteção florestal de “agentes estrangeiros”. O antiambientalismo militar brasileiro há tempos se envelopa num discurso nacionalista para deslegitimar as lutas indígenas e quilombolas, transmutadas, na retórica militar, em ameaças exógenas.

Numa concepção “hollywoodiana” de soberania, tais ameaças viriam, para portavozes da Forças Armadas, de atores como Leonardo di Caprio e não de corporações multinacionais interessadas no chamado “PL da Devastação”[\[xxxiii\]](#).

Com Donald Trump, os EUA abandonaram o barco das causas ambientais e suspenderam os dispositivos da “nova ecologia militar”, dispensando, ao menos por ora, argumentos climáticos para justificar suas investidas neocoloniais; a inclusão do desmatamento entre as supostas razões do tarifaço contra o Brasil revela o cinismo da política de ameaças do governo de Donald Trump, que, ao mesmo tempo, não cessa de apregoar seu negacionismo climático e sua adição aos combustíveis fósseis.

Setores das forças armadas brasileiras, por sua vez, se esforçam em ajustar seu antiambientalismo histórico aos requisitos - pré-COP 30 - de legitimação de sua presença na Amazônia.

***Priscilla Glitz Mayrink** é doutoranda no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade

a terra é redonda

Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

***Henri Acselrad** é professor titular aposentado do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ).

Notas

-
- [i] C. Bonneuil, J-B. Fressoz, *L'Événement Anthropocène- La terre, l'histoire et nous*, Points, Paris, 2016. p. 168.
- [ii] G. Hooks e C. Smith, Treadmills of production and destruction, *Organization & Environment*, Vol. 18 n° 1, 2005 ; G. Hooks e C. Smith, The Treadmill of Destruction: National Sacrifice Areas and Native Americans, *American Sociological Review*, Vol. 69, 2004.
- [iii] M. Baker, The coming conflicts of climate change, *Council o Foreign Relations*, 7/9/2010.
- [iv] R. Keucheyan, *La Nature est un champ de bataille - essai d'écologie politique*, La Découverte, Paris, 2018
- [v] P. Bigger, & B.D.Neimark (2017). [Weaponizing nature: the geopolitical ecology of the US Navy's biofuel program.](https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2017.03.007) *Political Geography*, 60, 13-22. <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2017.03.007>
- [vi] Painel "Climate Change and National Security Nexus", organizado pelo Centro Soberania e Clima. Link: https://www.youtube.com/watch?v=taCMwD_M1Bw
- [vii] B. Hayes, Colonising the future: Climate change and international security strategies. Em: N. Buxton & B. Hayes, The secure and the dispossessed: How the military and corporations are shaping a climate-changed world, 2016, p.39-62.
- [viii] P. Bigger, & B.D.Neimark, op. cit
- [ix] K. Conca, The environment-security trap, *Dissent*, summer, 1998, p. 40-45.
- [x] J. Barnett, Destabilizing the environmental-conflict thesis, *Review of International Studies*, 2000, n. 26, p. 271-288.
- [xi] M. Davis, Clima Pesado. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 6/52007. Caderno Mais, p. 4-5.
- [xii] Shell Energy Scenarios to 2050. (2008). The Hague, Netherlands: Shell International BV.
- [xiii] K.M.Campbell, ed. (2009). *Climate Cataclysm: The foreign policy and national security implications of climate change*. Washington, DC: Brooking Institute Press; Campbell, K.M., Gulledge, J., McNeil, J., Podesta, J., Ogden, P., Fuerth, L., Mix, D. (n.d.). *The Age of Consequences: The foreign policy and national security implications of global climate change*. http://csis.org/files/media/csis/pubs/071105_ageofconsequences.
- [xiv] H. de Courèges et al. *Principes de contre-insurrection*, Economica, Paris, 2010.
- [xv] Comitê Invisível, O poder é logístico. Aos nossos amigos, Edições Antipáticas, Lisboa, 2015.

a terra é redonda

[xvi] J-P. Déléage, Historia de la ecología- uma ciencia del hombre y de la naturaleza, Icaria, Barcelona, 1993, p. 10

[xvii] Manifiesto de crítica logística, [Into the Black Box](https://www.intothelblackbox.com/manifesto/manifiesto-de-critica-logistica), A Collective Research on Logistics, Spaces, Labour

<https://www.intothelblackbox.com/manifesto/manifiesto-de-critica-logistica>

[xviii] Barry Buzan, Ole Wæver e Jaap de Wilde. *Security: A New Framework for Analysis*, Lynne Rienner Publishers, Boulder, 1998

[xix] L. Maertens, From Blue to Green? Environmentalization and Securitization in UN Peacekeeping Practices, International Peacekeeping, 2019, 26:3, 302-326, DOI: 10.1080/13533312.2019.1579648

[xx] M. McDonald, Climate change, security and the institutional prospects for ecological security, *Geoforum*, 155, 2024. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2024.104096> e M. McDonald, Discourses of climate security, *Political Ecology*, 33, 2013, p.42-51. <http://dx.doi.org/10.1016/j.polgeo.2013.01.002>

[xxi] G. Sabóia, Mourão cita ‘injustiça’ com Bolsonaro, mas critica Trump após tarifaço: ‘Não venham meter o bedelho’ 15/7/2025.

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/07/15/mourao-cita-injustica-com-bolsonaro-mas-critica-trump-apos-tarifaco-nao-venham-meter-o-bedelho.ghtml>

[xxii] M.C. Flores, “Rumos para Defesa”, in Jornal do Brasil, 1/4/1995.

[xxiii] C. Brigagão, SIVAM, Inteligância e Marketing, Ed. Record, Rio de Janeiro, 1996, p. 21-22.

[xxiv] C. Tinoco, Exposição do Ministro de Estado do Exército, in Diário do Congresso Nacional, apud Alfredo Wagner de Almeida, A continentalização dos conflitos e transformações na geopolítica das fronteiras, mimé., São Luis, 1991, p.2.

[xxv] S. Etchegoyen, Intervenção no webinar “Clima e defesa, o que muda na geopolítica global?”, 2021, <https://www.youtube.com/watch?v=mV0uwUZtahY>

[xxvi] J.H. Volkmer, Intervenção no webinar “Clima e defesa, o que muda na geopolítica global?”, 2021, <https://www.youtube.com/watch?v=mV0uwUZtahY>

[xxvii] Instituto Igarapé, Centro Soberania e Clima, Instituto Clima e Sociedade, Forum Brasileiro de Segurança Pública. Governar para não entregar: uma agenda de Segurança Multidimensional para a Amazônia brasileira, 2022.

[xxviii] Governança e capacidades institucionais da segurança pública na Amazônia, São Paulo : Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Acesso: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/09/relatorio-governanca-capacidades.pdf>

[xxix] Revista Sociedade Militar, 2023. “Exército: Novo comandante ordena ênfase no recrutamento de indígenas e estágio com antropólogos para melhorar a conduta dos militares”. Acesso: https://www.sociedademilitar.com.br/2023/01/exercito-novo-comandante-ordena-efase-no-recrutamento-de-indigenas-e-estagio-com-antropologos-para-melhorar-a-conduta-de-militares.html#google_vignette

[xxx] Instituto Igarapé, Centro Soberania e Clima, Instituto Clima e Sociedade, Forum Brasileiro de Segurança Pública, Governar para não entregar: uma agenda de Segurança Multidimensional para a Amazônia brasileira, 2022. De Tomi, G., Loredo, G. e Santos, V. Minerais Críticos e Estratégicos no Brasil: Uma Agenda de Soberania e de Clima. Brasília. Centro Soberania e Clima, 2024.

[\[xxxi\]](#) De Tomi, G., Loredo, G. e Santos, V. 2024.

[\[xxxii\]](#) F. G. Corrêa, Descarbonização e Sustentabilidade no Setor de Defesa: eficiência energética e novas capacidades de defesa, Centro Soberania e Clima, 2024.

[\[xxxiii\]](#) O Projeto de Lei 2159/2021 permite que empresas concedam a si próprias a licença para desenvolver atividades que geram riscos para as pessoas.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)